

Relatório e **contas**

Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.



12

O Relatório e Contas da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 23 de Abril de 2013

HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Sede: Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima

Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o
nº 03441/86.08.28

Pessoa Coletiva nº 511 026 340

Capital Social 16.500.000,00 Euros

Capital Próprio 8.963.623.33 Euros

Índice

Relatório e Contas Individuais	11
Órgãos Sociais	13
Quadros Superiores	15
Painel de Bordo	17
Resultados Líquidos Unitários	19
Relatório de Gestão	20
Contas do Exercício.....	43
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	48
1. Identificação da entidade.....	48
1.1. Designação da Entidade	48
1.2. Sede	48
1.3. Natureza da actividade	48
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	48
2.1 Disposições gerais	48
2.2 Derrogações às disposições do SNC	49
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	49
3. Principais políticas contabilísticas.....	49
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	49
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	50
3.3 Principais estimativas e Julgamentos	61
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	64
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	64
4. Fluxos de caixa.....	64
4.1 Saldos não disponíveis para uso	64
4.2 Desagregação de valores	65
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	65
6. Activos fixos tangíveis	66
7. Activos fixos intangíveis	68
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	69

9.	Participações financeiras – outros métodos.....	69
10.	Activos financeiros detidos para venda.....	70
11.	Impostos sobre o rendimento.....	70
12.	Inventários.....	72
13.	Clientes.....	73
14.	Estado e outros entes públicos.....	74
15.	Outras contas a receber.....	75
16.	Diferimentos.....	76
17.	Capital realizado.....	76
18.	Reservas legais.....	76
19.	Outras reservas.....	77
20.	Resultados transitados.....	77
21.	Ajustamentos em activos financeiros.....	77
22.	Excedentes de revalorização.....	78
23.	Outras variações no capital próprio.....	78
24.	Financiamentos obtidos.....	79
25.	Outras contas a pagar.....	80
26.	Fornecedores.....	81
27.	Vendas e serviços prestados.....	81
28.	Subsídios à exploração.....	82
29.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	83
30.	Variação nos inventários da produção.....	83
31.	Trabalhos para a própria entidade.....	84
32.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	84
33.	Fornecimentos e serviços externos.....	85
34.	Gastos com pessoal.....	87
35.	Outros rendimentos e ganhos.....	88
36.	Outros gastos e perdas.....	89
37.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	90
38.	Juros e gastos similares suportados.....	90

39.	Divulgações de partes relacionadas	91
40.	Acontecimentos após a data de balanço	92
	Anexo ao relatório do conselho de administração	93
	Certificação Legal de Contas.....	95
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	97

Relatório e Contas Individuais

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

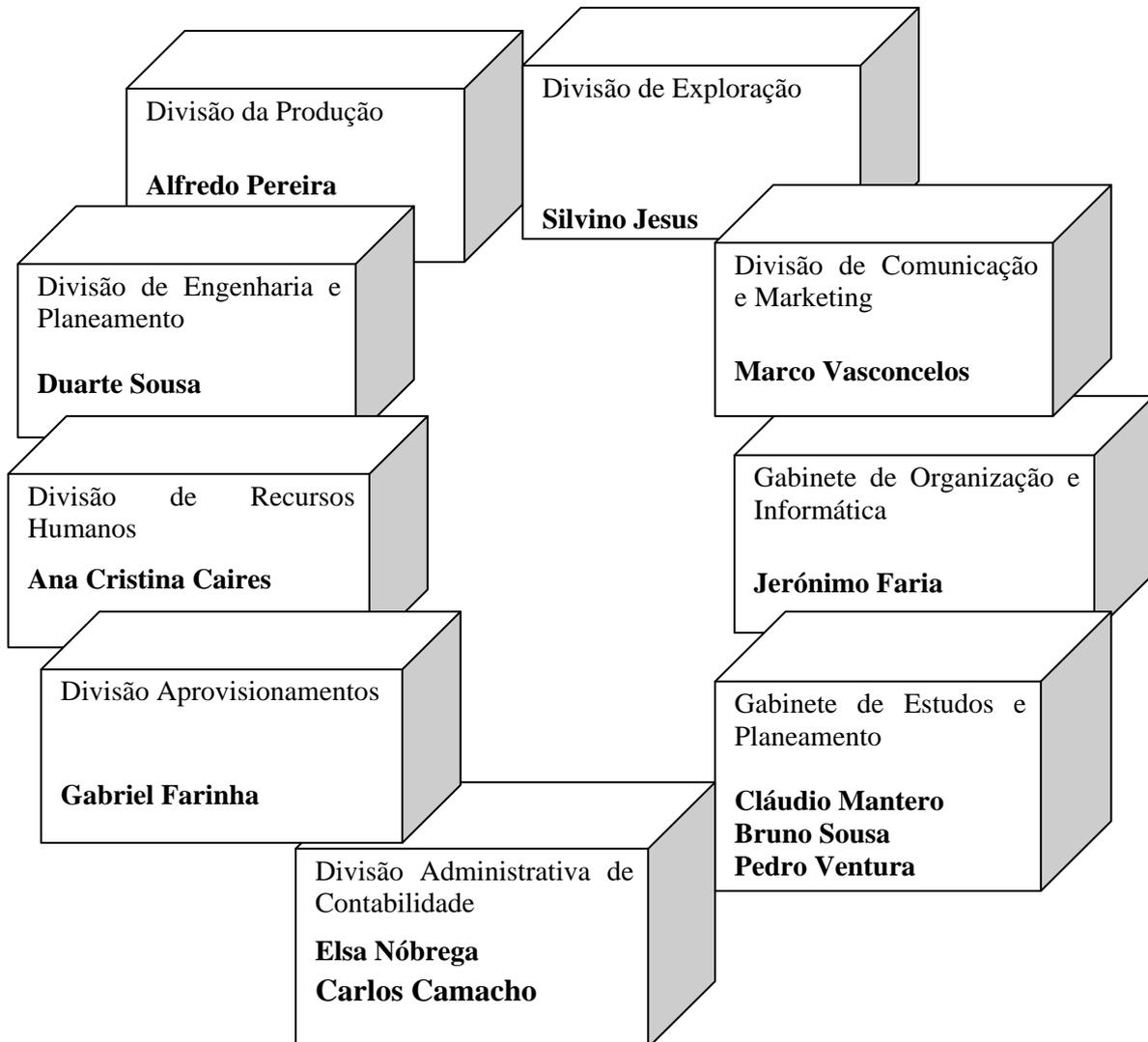
FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862

Quadros Superiores



Painel de Bordo

4 Números			3 Indicadores		
	2012	2011		2012	2011
Viaturas	182	185			
Motoristas	281	289	Motoristas / viatura	1.54	1.56
Metalúrgicos	102	104	Metalúrgicos / viatura	0.56	0.56
Total de trabalhadores	500	516	Total trab. / viatura	2.75	2.79

Se considerarmos os 4 Números acima referidos para o somatório das duas Empresas do mesmo sector (HF e SG), os indicadores de 2012 são os seguintes:

Motoristas / viatura	1.25
Metalúrgicos / viatura	0.36
Total trab. / viatura	2.02

Estrutura de gastos e rendimentos

Matérias consumidas	1.947.399,31	7,7%	Prestações de serviços	13.857.371,72	60,1%
Gasóleo	5.789.151,83	22,9%	Vendas	374.315,08	1,6%
Forn. serv. externos	1.782.115,37	7,0%	Trabalhos p. p. empresa	889.630,30	3,9%
Gastos com pessoal	9.258.534,09	36,6%	Rend. suplementares	4.355.134,82	18,9%
Dep. Amortização	2.382.694,14	9,4%	Subsídios à exploração	3.140.483,15	13,6%
Outros gastos	4.122.025,51	16,3%	Outros ganhos	423.897,95	1,8%
	25.281.920,25			23.040.833,02	

Resultado antes de impostos -2.241.087,23

INVESTIMENTO – 898.323,15 Euros

Outros indicadores

População servida	112 mil	Taxa de ocupação	17%
Nº de carreiras	61	Lotação média	77 lugares
Extensão da rede	200 km	Velocidade média	17 km/h
Total de viagens	865 376	Passageiros transportados	22 milhões
		Quilómetros percorridos	6,3 milhões

Resultados Líquidos Unitários

Custos e perdas	2012	2011
Custos exploração / Km	3,33	3,45
Outros custos / Km	0,65	0,32
Total de Custos / Km	3,98	3,77
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Km	3,56	3,43
Outros proveitos / Km	0,07	0,40
Total de proveitos / Km	3,63	3,83
Resultado líquido / Km	-0,35	0,06

Demonstração do resultado por passageiro transportado

Custos e perdas	2012	2011
Custos exploração / Passageiro	0,95	0,90
Outros custos / Passageiro	0,19	0,08
Total de custos / Passageiro	1,14	0,98
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Passageiro	1,02	0,89
Outros proveitos / Passageiro	0,02	0,10
Total de proveitos / Passageiro	1,04	0,99
Resultado líquido / Passageiro	-0,10	0,01

Relatório de Gestão

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), respeitante à atividade desenvolvida ao longo do ano de 2012.

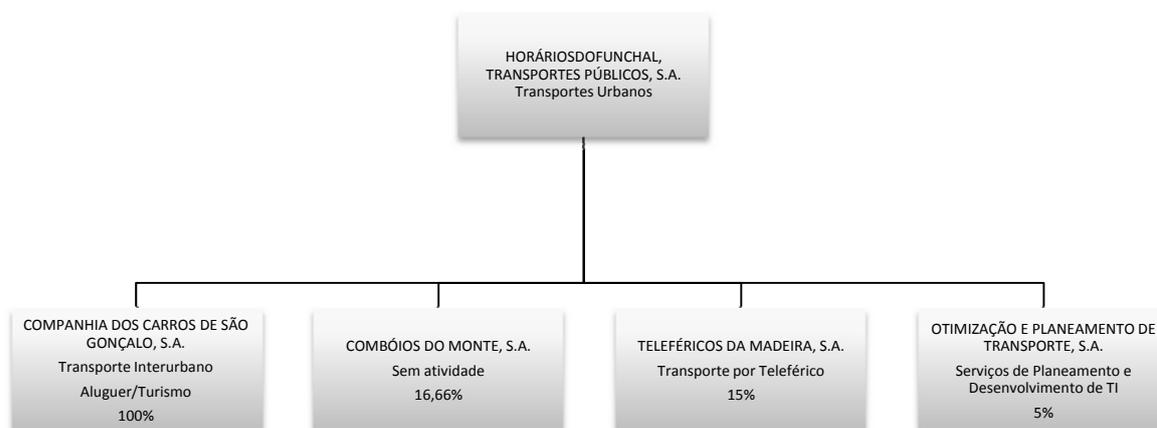
Apresentação

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), sociedade comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (RAM) e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (EEM) detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros

Empresas do grupo

A HF em conjunto com as suas Sociedades dependentes e associadas forma o denominado Grupo HF. É um grupo sem forma Jurídica.

Abaixo, apresentamos o detalhe da sua estrutura societária, em 31/12/2012, juntamente com uma breve descrição da actividade principal:



ACTIVIDADE

A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo, em circunstâncias e condições especiais nas quais se relevam o seu espaço de atuação, na RAM, Concelho do Funchal, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social de acordo com o programa do Governo Regional da Madeira (GR).

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

Portugal em 2011, atendendo à sua situação económica e financeira, solicitou assistência financeira internacional. Pelos mesmos motivos, a RAM também solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento e com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, assente em medidas estruturais de consolidação orçamental, foi criado o Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para a RAM. Para seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de forma a reduzir a despesa e aumentar a receita. Em resultado, não foram conseguidos os objetivos pretendidos, registando-se uma grande retração da economia, uma redução do rendimento das famílias e uma elevada taxa de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para a descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade da empresa.

O Plano acima referido, tem como objetivo, contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas, com participações de Capitais Públicos, impõe regras e medidas de austeridade de modo a reduzir drasticamente as despesas, as indemnizações compensatórias, e a subida da receita através do aumento do tarifário. Acresce ainda o impedimento ao investimento bem como, forte restrição ao crédito. O resultado foi que reduziram-se alguns gastos, nomeadamente com o pessoal, mas no seu todo, as medidas impostas, não tiveram os reflexos pretendidos no objetivo do Plano, pelos seguintes factos:

- O aumento do custo litro/gasóleo, custo incontável e não refletido no tarifário, tendo implicações diretas no aumento dos gastos da empresa;
- O aumento do tarifário, na ordem dos 15% em 2012, contribuiu para uma redução significativa da procura e numa evolução da receita de apenas 5,4%;
- O aumento da Taxa do IVA dos nossos serviços, em 1%, contribuiu também negativamente nos nossos proveitos, atendendo que não foi refletido no preço do tarifário;
- A redução das indemnizações compensatórias dos anos de 2010, 2011 e 2012 em 194 mil, 398 mil e 817 mil euros respetivamente, contribuindo para o aumento do desequilíbrio económico e financeiro da empresa;
- Os gastos e perdas, em geral, aumentaram em virtude dos aumentos da inflação, da manutenção e reparação de equipamentos, dos juros e encargos e juros de mora pelo não cumprimento dos prazos de pagamento de empréstimos bancários, a fornecedores

e ao estado, mais precisamente a Segurança Social da parte da empresa, e da diminuição do poder de negociação com fornecedores.

Atendendo à redução da procura e com vista à conseqüente redução de custos, a HF, introduziu ajustamentos à oferta adaptando a sua rede, sem afetar a qualidade do serviço prestado, reajustando carreiras, viagens e horários.

Sabemos que estas medidas não são as melhores para angariar clientes para o serviço de transporte público, pelo que, é necessário agir no sentido de educar não só para a formação formal mas também informal, ou seja, educar para o desenvolvimento individual e coletivo, incluindo a cidadania e a sustentabilidade, forma de funcionamento integrante da missão de serviço público, que tem como objetivo atingir o equilíbrio entre os fatores sociais, económicos e ambientais, de modo a contribuir para a sustentabilidade da sociedade e garantir, no futuro, melhores oportunidades.

Cabe às empresas que prestam serviço público de transporte, em conjunto com os outros parceiros oficiais, encontrar novos modelos de mobilidade onde a sua atividade, transporte de passageiros, seja a principal opção para essa mesma mobilidade.

A indemnização compensatória atribuída neste exercício pelo Governo Regional da Madeira, tal como nos exercícios anteriores, é repartida em duas partes. Uma é destinada à compensação dos benefícios de ordem social atribuídos a determinados segmentos de clientes, visando, entre outros aspetos, a inclusão social, nomeadamente das crianças, dos idosos e dos reformados, e a garantia da continuidade territorial através do título de transporte combinado. A outra, de valor fixo, destinada à compensação da produção e oferta de transporte para as zonas altas da cidade do Funchal, em zonas de reduzida densidade populacional ou em carreiras de reduzida procura de transporte, nomeadamente, durante o período noturno, fins-de-semana e feriados. Visa ainda compartilhar o serviço especial de Pessoas com Mobilidade Reduzida e o serviço especial no centro do Funchal, denominado “linha Eco”. A deste exercício, tal qual as dos anos de 2010 e 2011, através do protocolo assinado em Novembro de 2012, foi efetuado um corte como já anteriormente referido.

Tendo em consideração que a nova filosofia de mobilidade e a sustentabilidade dos transportes públicos de passageiros, torna indispensável que se defina um novo padrão de cálculo da indemnização compensatória, que se adegue às novas tendências de transporte, associadas a princípios de subsidiariedade e melhoria das performances do serviço público orientado para a mobilidade dos cidadãos.

A OFERTA

A exemplo dos anos anteriores, a rede de exploração voltou a aumentar, resultado da adição de três pequenos troços. A extensão da rede simples era, ao final do ano, de 200 km, mais 1 km do que no ano anterior.

Neste exercício voltou-se a efetuar alterações na oferta de serviços, dando continuidade às já implementadas no ano anterior. Em sua consequência, foi aplicado um novo planeamento operacional onde houve redução de Km e ajustamento de horários e viagens.

No serviço regular das carreiras o número máximo de viaturas empenhadas, no período de maior carga, foi de 106 unidades menos 5 que no ano anterior.

A lotação média desceu de 78 lugares para 77 lugares.

A oferta, aferida pelo indicador de Lugares/Quilómetro Oferecidos, registou uma descida de 2,18%, em resultado da redução dos quilómetros úteis produzidos (-765 905 km).

Foram realizadas 1.559 viagens com atraso, o que corresponde a menos 29,6 % em relação ao ano anterior.

Apurados os indicadores de Pontualidade e de Regularidade, verifica-se, porém, que ambos se situaram nos 99%.

A velocidade comercial, apurada com base nos registos SAE, foi cerca de 16,5 Km/hora na Rede Geral e de 14,1 na das Zonas Altas.

O número total de quilómetros percorridos foi de 6 349 957 sendo menos 79 590 que no ano anterior.

O quadro seguinte resume, comparativamente, os principais indicadores da oferta, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2012	2011	Quant.	%
Km Úteis	5 900 921	5 980 290	- 79 369	-1,3%
Km em Vazio	449 036	449 258	- 222	0,0%
Total/Km	6 349 957	6 429 547	- 79 590	-1,2%
% Km Vazios	7,00	6,99	0	0,1%
L.M.	77	78	- 1	-1,3%
L.K.O.	456 831 124	466 998 307	-10 167 183	-2,2%
Viagens Realizadas	865 376	905 656	- 40 280	-4,4%
Velocidade Média	16,5	17,7	- 1	-6,8%

A PROCURA

Carreiras regulares

O número de passageiros transportados foi de 22 260 824, menos 2 530 296 que no ano anterior (10,2%) sendo as principais causas a redução dos rendimentos das famílias, o desemprego, a diminuição da população residente na nossa Cidade, o número de visitantes à nossa Ilha e a emigração, no entanto há ainda que referir a diminuição da natalidade e o rigor imposto por algumas escolas na atribuição de passes aos alunos.

Breve análise às quantidades de venda de títulos de transporte:

- Bilhete de Bordo, desce 1,5 %;
- Bilhetes Pré-comprados, desce 8,9 %;
- Bilhetes entre datas, descida de 18,1%;
- Passes, descida de 13,8 %.

Abaixo analisamos, com mais detalhe, a quantidade de venda de títulos de transporte onde se verifica uma descida de todos os títulos, com exceção do passe de 15 dias e de 12 meses que não se pode afirmar que tivessem contribuído para a redução dos outros, pelo facto de não terem qualquer representatividade:

Títulos Passe

Descidas:

- Passe Social mensal, 19,0 %;
- Passe Social Sénior, 28,5%;
- Passe Combinado, 12,8 %;
- Passe Social Criança, 15,7%;
- Passe Estudante, 3,9%;
- Passe 30 dias, 11,1%.

Subidas:

- Passe Social 15 dias, 30,2 %;
- Passe Anual, 75 %.

Títulos Bilhete Pré-comprado:

- Adulto, menos 8,9%;
- Criança, menos 9,2%;
- Com desconto de quantidade, sobe 15,2%;
- No Bilhete de Bordo, menos 1,5 %.

A taxa de ocupação foi de 17,4%.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2011	2012	Variação	
			Quant.	%
P.T.	24 791 120	22 260 824	-2 530 296	-10,21
P.M.	3,560	3,560	0	0,00
P.K.T.	88 256 388	79 248 534	-9 007 854	-10,21
T.O. (%)	18,90	17,34	- 2	-8,25
B.T.M.	0,15	0,18	0,03	20,00

Serviço linha ECO (autocarros elétricos)

Nesta linha Eco foram transportados 80 789 passageiros neste exercício e 93 809 no exercício anterior.

Este serviço voltou a ser pago pelos passageiros, a partir de 16 de Junho, mas somente para clientes que não tinham títulos validos no serviço urbano.

Serviço para pessoas com mobilidade reduzida

Passageiros transportados:

Serviço regular, 12 048 passageiros, menos 499 que no ano anterior;

Outros Serviços (Alugueres), 2 232 passageiros, mais 776 que em 2011.

O quadro seguinte resume os principais indicadores neste serviço:

Indicadores	2012	2011	Variação		
			Quant.	%	
Total de PT	12 048	12 547	- 499	-4%	
C. de rodas	3 377	2 366	1 011	43%	
Sem c. de rodas	8 671	10 181	-1 510	-15%	
Acompanhantes					
	Adultos	481	505	- 24	-5%
	Crianças	390	9	381	4233%
(a) Km	84 258	83 454	804	1%	
Total de inscritos	235	222	13	6%	

Estão inscritos cerca de 235 clientes para utilização frequente deste serviço.

Estão afetas a este serviço 3 viaturas, sendo duas utilizadas diariamente. Fazemos notar que, atendendo à idade destas viaturas, é necessário mais assistência oficial, logo mais paralisação, o que faz com que se preste este serviço, com viaturas menos apropriadas, recorrendo aos mini autocarros adquiridos para o serviço urbano.

Serviço através de chamada telefónica

Esta modalidade de prestar serviços foi alargada, neste exercício, substituindo o serviço efetuado por táxi.

Foram realizadas 2 188 viagens, transportados 5 441 passageiros e produziram se 9 852 km.

Rede de paragens

Foram executados os necessários trabalhos de manutenção na rede de paragens. Um serviço de execução simples, mas importante na preservação da imagem da empresa e essencial para a correta perceção e identificação dos pontos de acesso ao serviço, por parte dos motoristas e dos clientes.

Atendimento a clientes

O serviço de atendimento a clientes, incluindo informação e vendas, decorreu dentro da normalidade.

Fiscalização

Foram fiscalizadas 33 395 viagens, o que corresponde a 3,9 % do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 572 842, o que representa 2,5 % do total dos passageiros transportados.

Foram detetadas 52 infrações, menos 34% que no ano anterior.

Infrações por tipo de fraude:

- Passageiro com idade superior a 12 anos a utilizar título de criança, com 6 infrações;
- Passageiro com passe viciado, com 11 infrações;
- Passageiro com bilhete não validado, com 17 infrações;
- Passageiro sem título de transporte, com 13 infrações.

ACTIVIDADE OFICINAL

Frota

A HF terminou o ano com 182 autocarros, menos três que o ano anterior, sendo 165 para o serviço normal de carreiras, 10 para o serviço especial das zonas altas, 3 para o serviço especial de transporte de pessoas com mobilidade reduzida (PMR) e 4 para o serviço da linha ECO, ficando assim distribuídos pelas seguintes marcas:

Marca	Viaturas	%
Volvo	130	71,4%
Daf	30	16,5%
Mercedes	11	6,0%
Gulliver	4	2,2%
Scania	4	2,2%
VW	2	1,1%
Toyota	1	0,5%
TOTAL	182	100,0%

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros – 16,9 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 7,7 anos;
- Serviço da linha ECO – 6 anos.

Neste exercício foram abatidas 3 viaturas da marca DAF.

Imobilização

A Taxa de Imobilização foi de 14,3%, o que significa que cerca de 25 viaturas imobilizadas por dia, sendo a principal causa a falta de peças de substituição.

Serviço oficial

As oficinas HF asseguram a manutenção das frotas HF e SG.

Indicadores da HF:

- Reparações gerais e em soalhos - Foram efetuadas 4 revisões de carroçaria e 5 reparações em soalho, menos 13 e 2 que no ano anterior respetivamente;
- Manutenção preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, a HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas em todas as viaturas da frota,

tendo sido totalmente cumprido. Foram efetuadas 609 revisões, menos 3 que no ano anterior;

- Inspeções periódicas - Foram realizadas 339 inspeções periódicas, menos 47 que no ano anterior.
- Limpeza de autocarros - Foram sujeitos em média a 3,8 lavagens gerais, perfazendo um total de 688 lavagens, menos 25 que em 2011. Na limpeza de interiores foram efetuadas 39.436, menos 112 que no ano anterior e na limpeza de exteriores 1645, menos 4195 que em 2011.
- Custo/km - O custo quilómetro/manutenção viatura foi de 0,315 euros, menos 0,002 euros em relação ao ano transato.

Combustível

Houve uma ligeira redução da média de consumo de combustível, para o serviço normal de transporte de passageiros, 64, 2 L/100Km em 2012 e 65,4 L/100Km em 2011.

A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 4.143 mil litros de gasóleo, menos 89 mil litros que no ano anterior, justificando-se principalmente pela redução de 79 mil quilómetros percorridos.

O custo com o consumo de 4.143 mil litros de gasóleo, com viaturas afetas ao serviço de transporte público, foi de 4.498 mil euros, mais 173 mil euros que o ano anterior. Atendendo que foram percorridos 6.350 mil km em exploração e transportou-se 22 261 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,71 euros por quilómetro produzido e 0,20 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0,67 euros por quilómetro e 0,17 euros por passageiro transportado.

Custo das obras

O custo com as obras no presente exercício foi de 5.008 mil euros, menos 109 mil euros que no ano anterior, sendo 1.614 mil euros em artigos de armazém aplicados, 3.132 mil euros em mão-de-obra e 262 mil euros com serviços e fornecimentos externos.

Foram utilizadas 163.671 horas nas reparações internas, representando mais 34.071 horas que em igual período do ano anterior. Em reparações para o exterior foram aplicadas 43.270 horas, mais 2.120 que no ano anterior.

Os custos das obras acima referidas estão distribuídos pelos seguintes tipos de obras:

Obras	2012	2011	Variação
Viaturas HF	2.844.213	2.782.135	62.078
Viaturas externas a HF	1.457.395	1.408.306	49.089
Fabrico recuperação de peças	95.059	159.236	-64.177
Reconstruções de viaturas HF	0	335	-335
Viaturas sinistradas	61.661	100.355	-38.694
Instalações e equipamentos da HF	427.425	606.588	-179.163
Tempos mortos (oficina)	122.129	60.226	61.903
TOTAL	5.007.880	5.117.181	-109.301

O custo das obras, com viaturas da HF, subiu em 2,2%, sem incluir as reparações por sinistros;

Reduziu-se o fabrico e reparação de peças para o armazém em 68%;

A conservação e reparação de instalações e equipamento desceram em 41,9%;

Os tempos “mortos” da oficina aumentou em 50,7%;

As obras para o exterior aumentaram 3,4% e é a nossa associada, SG, que tem maior representatividade nos nossos serviços, com 95,8%, a nossa parceira Carristur, com 3,8%, e os restantes clientes, com 0,4%. No ano anterior foi de 93,2%, 3% e 3,8% respetivamente.

APROVISIONAMENTOS

Gestão de Stocks

No ano de 2012, foi necessário trabalhar com 2 variáveis a que tivemos de nos adaptar:

- Variação na procura;
- Variação do tempo de reposição de stock.

A variação na procura, teve a ver com alteração de políticas internas de reconstrução das viaturas.

A variação do tempo da reposição de stock, ou seja o tempo que decorre entre a colocação da encomenda e a entrada do material em armazém, teve a ver com a redução dos stocks dos fornecedores e do corte de crédito.

Diariamente são analisados os parâmetros da gestão económica dos stocks. Em consequência desta análise, é efetuada a gestão e posteriormente desencadeia-se a fase da negociação e compra.

São analisados com frequência a rotação e a cobertura de stocks.

Artigos em Armazém

Número de artigos com existência: 4.068.

Número de contagens gerais do stock: 2.

O número de artigos existentes em armazém tem vindo a ser gradualmente reduzido. Só se coloca em stock os artigos cuja rotação o justifica. São artigos que, se não os colocarmos em stock, muito brevemente serão solicitados.

Esta política de redução de stock implica um aumento da negociação diária e do número de artigos comprados diariamente. O custo de passagem da encomenda aumenta.

As existências em armazém a 31 de Dezembro são no montante de 892 mil euros, inferior ao ano anterior em 193 mil euros.

Para cumprir na íntegra os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação”, é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o armazém para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, de forma a cumprir com o acima exposto, tem necessidade de ter um Stock de artigos superior, quando comparado com as suas congéneres continentais.

Foram 1.914 artigos com existência que não tiveram rotação em 2012. São maioritariamente artigos da marca DAF e artigos de carroçaria.

Assim no Stock encontram-se artigos de substituição com “ baixa rotação “ mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Neste exercício a HF, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, efetuou ajustamentos nas suas existências para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perda de imparidade é de 265 mil euros, menos 44 mil que no ano anterior.

Compras

Os aspetos relacionados com as compras de materiais e equipamentos e a sua gestão, quer física quer previsional, assumem grande importância nos resultados finais do exercício da HF.

Durante o ano 2012 foi mantido com os fornecedores um clima cordial de diálogo e convivência tão necessário à boa negociação.

Procurou-se fontes mais adequadas de abastecimento de algumas mercadorias o que levou ao incentivo da concorrência e à maximização do custo/benefício.

Dentro dos condicionalismos existentes, desencadeou-se sempre com a maior celeridade os mecanismos necessários à satisfação das solicitações internas que são dirigidas aos serviços de compras mesmo com os tempos e burocracia imposta pelo Código dos Contratos Públicos.

O volume de compras para inventários no ano 2012 foi no montante de 7.414 mil euros mais 273 mil euros do que no ano anterior. Esta variação justifica-se da seguinte forma:

- Um aumento nas aquisições de gasóleo em 44 mil euros;
- Um aumento nas aquisições dos restantes bens em 229 mil euros.

Fornecedores

O número de empresas fornecedoras foi de 168, menos 16 que no ano anterior, sendo 110 regionais, 55 nacionais e 8 internacionais.

Os principais fornecedores são a Repsol (gasóleo), a Mendes Gomes (acessórios para viaturas) e Arnaldo e Berenguer (Pneus).

Descontos comerciais e financeiros

Os descontos atingiram em 2012 o valor de 85 mil euros e estão repartidos da seguinte forma:

- Comerciais, 84 mil euros, mais 18 que no ano anterior;
- Financeiros, mil euros, menos mil que no ano anterior.

Como se pode verificar, mesmo com as dificuldades financeiras que a HF atravessa, as percentagens de descontos obtidos é ainda significativa.

Contratação pública

À HF é aplicável o código da contratação pública.

Realizou 79 ajustes diretos.

Não se efetuou qualquer concurso público.

RECURSOS HUMANOS

Principais indicadores:

- O número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro de 2011 era de 516. Em 31 de Dezembro de 2012 era de 500 trabalhadores, registando-se 17 saídas e uma admissão, sendo esta a do Presidente do Concelho de Administração que substituiu o anterior presidente;
- Taxa de absentismo na HF, é de 3,43%, em 2011 foi de 3,69%;

- Taxa de trabalho extraordinário de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, foi de 2,23% e em 2011 foi de 3,1%;
- Realizaram-se 233 exames médicos periódicos e 1.093 exames médicos ocasionais;
- Registaram-se 13 acidentes de trabalho, dos quais 7 tiveram situação de baixa, verificando-se 672 dias de baixa. No ano de 2011, houve 17 ocorrências, com 11 situações de baixa;
- Foram efetuados, em 2012, 5.130 alcooltestes, tendo-se verificado 5 testes positivos, dos quais 1 na área de exploração, 2 na área de produção, 1 na área de aprovisionamentos e 1 na área administrativa.

Formação

Um dos objetivos estratégicos do Sector de Formação em 2011 foi qualificar os recursos humanos a fim de melhorar o seu desempenho e garantir a sua Certificação Legal, conforme legislação em vigor, Dec. - Lei nº 126/2009 de 27 de Maio, em que está definido que para o exercício da profissão de motoristas de veículos pesados de passageiros, para além da carta de condução, é obrigatória a carta de qualificação (CQM), a qual é emitida mediante a apresentação do certificado da aptidão de motorista (CAM).

Perante as novas competências exigidas, a HF foi reconhecida como Centro de Formação e efetuou uma parceria com a Carristur, empresa com alvará e homologada pelo IMTT, IP, para estes cursos.

No seguimento dos objetivos acima referidos, realizaram-se, em 2012, 15 ações, do Curso de Aptidão de Motoristas (35 horas), que foram frequentadas por um total de 138 formandos, sendo 135 motoristas no ativo da Horários do Funchal e os restantes motoristas externos à empresa.

Para além da formação acima descrita, efetuaram-se as seguintes ações internas:

- 381 horas em acompanhamentos à condução dos motoristas na rede de exploração;
- 54 horas de formação prática em adaptação a diferentes tipos de viaturas;
- 945 horas de formação técnica;
- 5.725 horas de formação contínua.

PROJECTOS EUROPEUS

A HF continua a promover a mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objetivos da União Europeia, tendo implementado ou a implementar os seguintes projetos:

- 1- Civitas Mimosa, que está a ser desenvolvido pela Horários do Funchal, em parceria, com a Câmara Municipal do Funchal e com o Madeira Tecnopólo;

Os objetivos deste projeto são os seguintes:

- Melhorar o sistema de planeamento dos transportes públicos;
- Introduzir sistemas inovadores de transporte público;
- Melhorar a integração entre modos de transporte;
- Promover veículos mais eficientes nos transportes públicos e nas frotas de entidades públicas e privadas;
- Promover a utilização de combustíveis alternativos;
- Desenvolver tecnologias inovadoras de informação e comunicação em tempo real associadas ao tráfego, estacionamento e outros serviços;
- Formar e sensibilizar para hábitos de condução mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental;
- Promover a utilização dos transportes públicos;
- Criar um centro de monitorização e controlo da mobilidade urbana.

O projeto iniciou-se em Outubro do ano de 2008 e termina em 2013, estando já concretizadas algumas das medidas referidas.

- 2- No âmbito dos seus próprios objetivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Projeto: Intervir+, para financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora e menos poluente com tecnologia ecologicamente sustentável. O Projeto tem também contribuído para a prossecução de estratégias de comunicação necessárias ao sucesso das medidas CIVITAS. Em 2011, já foram adquiridas 5 viaturas de média dimensão, tendo sido subsidiadas a 85% do seu valor;
- 3- O Hibrimac, que constitui um projeto patrocinado sob os auspícios do programa Interreg pretende introduzir, em contexto regional, novas tecnologias para os transportes públicos que aumentem e potenciem a eficiência económica e energética do sector em regiões insulares ultraperiféricas A calendarização e o objeto do próprio projeto foram reprogramados, na sequência dos estudos efetuados sobre a viabilidade da implementação de viaturas pesadas híbridas no Funchal, tendo os mesmos

apontados para a solução de adquirir componentes e baterias para os mini - autocarros elétricos da Horários do Funchal, este projeto terminou em junho deste ano e aguarda a receção dos valores comparticipados.

- 4- Com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público, a HF apresentou e foi aprovada uma candidatura ao projeto SEEMORE. É um projeto do programa Intelligent Energy Europe (IEE), que conta com a participação de 8 regiões europeias. A HF é a única parceira local do projeto, lidera e coordena a implementação conjunta do consórcio. O projeto iniciou-se em 2012.

Os projetos europeus em curso no domínio da mobilidade urbana do Funchal têm na HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito.

AMBIENTE

A HF está firmemente comprometida com a conservação e proteção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactes decorrentes da sua atividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

A nossa política ambiental passa por:

- Apoiar e respeitar os requisitos da atual legislação;
- Operar e manter as viaturas da empresa tendo em conta questões ambientais;
- Definir e planear os serviços de forma a minimizar os consumos energéticos sem que este afete o produto final;
- Adoção de tecnologias menos poluentes, nomeadamente nos sistemas de propulsão das viaturas sempre que exista uma alternativa viável;
- Minimizar a produção de resíduos, através da redução e de um processo de recolha que permita a reciclagem da maior parte dos resíduos produzidos;
- Minimizar os consumos de eletricidade e de água nos edifícios e nos processos de manutenção, nomeadamente na lavagem das viaturas.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da HF.

ECONOMIA E FINANÇAS

O resultado líquido (próprio) deste exercício é negativo em 1.479.034,97 euros, isto é antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido negativo de 2.136.884,77 euros, apresentado nas demonstrações financeiras, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada SG, no montante do seu resultado líquido negativo de 657.849,80 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no montante estimado de 19.789,30 euros. Os impostos diferidos totalizaram 123.991,76 euros. O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado nas demonstrações financeiras, é no valor de 104.202,46 euros.

É de recordar que o resultado líquido do exercício apresentado nas demonstrações financeiras de 2011, no montante de 1.505 mil euros, não resultou da atividade normal da empresa, mas sim, de medidas de carácter extraordinário, cujos valores resultaram em redução de custos ou aumentos de proveitos no montante aproximado de 3.473 mil euros, como abaixo se discrimina:

- Corte no subsídio de férias e respetivos encargos, 610 mil euros;
- Reposição do corte no subsídio à exploração efetuado em 2010, 487 mil euros;
- Ganhos na alienação de edifícios, 442 mil euros;
- Reconhecimento de um novo subsídio ao investimento, 746 mil euros;
- Anulação de dívida comercial, 64 mil euros;
- Reconhecimento de Impostos diferidos, 1.124 mil euros, sendo, nos ativos, 818 mil euros e passivos 1.942 mil euros.

O comparativo do resultado líquido deste exercício tem em linha de conta os valores acima referidos. No entanto, é de realçar que, neste exercício, também ocorreram factos extraordinários que contribuíram para o que resultado apresentado seja negativo, factos esses, no montante aproximado de 2.263 mil euros e conforme abaixo se descreve:

- Corte das Indemnizações Compensatórias dos anos de 2010, 2011 e 2012 em 1.409 mil euros;
- Imparidades em dívidas a receber, referente às Indemnizações Compensatórias dos anos de 2010 e 2011, que serão pagas até o final do ano de 2016, no montante de 854 mil euros.

Face ao descrito, fazemos notar que o resultado do exercício seria positivo em 126 mil euros e os operacionais em 1.654 mil euros.

A comparação com o ano anterior das rubricas constantes da Demonstração dos Resultados por Naturezas são as seguintes:

Nos custos e gastos:

- Reduções:

- Nos fornecimentos e serviços externos, em 148 mil euros. Este valor é obtido nas diversas rubricas, umas com aumentos e outras com reduções, releva-se a redução nos gastos com os serviços de limpeza, conservação e reparação, contratos de manutenção e seguros, nos aumentos os trabalhos especializados;
- Nos custos com o pessoal, em 1.147 mil euros e praticamente em todas as rubricas destacando-se as horas extras, subsídio de Natal, subsídio de férias, remunerações e respetivos encargos. Fazemos notar, de acordo com o Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica a medida de redução remuneratória, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011, foi aplicado também neste exercício.

- Aumentos:

- No custo das mercadorias vendidas e consumidas em 233 mil euros. O custo do gasóleo subiu em 159 mil euros e os restantes custos desta rubrica em 74 mil euros;
- Nos outros gastos e perdas em 629 mil euros, é praticamente o corte nas indemnizações compensatórias, dos anos de 2010 e 2011, em 592 mil euros que contribuíram para este aumento;
- Nos gastos de depreciação e amortizações 25 mil euros, resultante de bens que terminaram a sua vida útil, principalmente nos componentes de viaturas;
- Nos gastos financeiros, os juros e despesas bancárias em 320 mil euros, motivado por aumentos das taxas de juro, spreads, pagamento de juros de mora por incumprimento dos prazos de vencimento dos nossos empréstimos e despesas pela prorrogação das datas de vencimento dos financiamentos e respetivas alterações aos contratos;

Nos rendimentos e ganhos:

- Reduções:

- Nos subsídios à exploração em 802 mil euros, sendo praticamente a redução pelo efeito da redução imposta pelo protocolo assinado, em Novembro último, com o GRM, ou seja, pelo cálculo através do anterior protocolo, a HF devia receber o montante de 3.949 mil euros e com o atual só recebe 3.133 mil euros;
- Nos ganhos e perdas em investimentos financeiros 386 mil euros, resulta da diferença entre o valor dos dividendos da Teleféricos da Madeira, 300 mil euros, e as perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial dos resultados negativos da SG;

- Em outros rendimentos e ganhos em 1.634 mil euros referentes à recuperação de despesas diversas, debitadas a terceiros, no valor de 381 mil e reconhecimento de subsídios relacionados com os projetos financiados por fundo europeus no montante de 246 mil euros, a diferença relaciona-se com reconhecimentos do ano anterior, nomeadamente, Indemnizações Compensatória, subsídios ao investimento e alienação de imoveis, conforme já acima referido;

- Aumentos:

- Nas vendas e prestações de serviços em 657 mil euros, um acréscimo de 4.84%, sendo que o aumento médio do tarifário situou-se nos 15%. Justifica-se praticamente pela redução da procura como anteriormente já referido. Nos bilhetes uma redução de 20 mil títulos nas quantidades vendidas mas um aumento no valor de 562 mil euros, ou seja, mais 11,1% do que o verificado em 2011 e nos passes menos 39 mil títulos nas quantidades vendidas e um aumento no valor de 145 mil euros, mais 1,8% em relação a 2011, sendo a diferença praticamente na redução das vendas de suportes de bilhetes e cartões;
- Nos trabalhos para a própria empresa em 94 mil euros, referem-se à reparação de órgãos de substituição de viaturas, recuperação de peças para o armazém e trabalhos para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários;
- Nas imparidades do exercício em 712 mil euros, destacam-se as reversões de imparidade dos inventários em 47 mil euros e das dívidas a receber em 27 mil euros e nos ajustamentos releva-se nas dívidas a receber em 991 mil euros, sendo a diferença relacionada com os ajustamentos efetuados no exercício de 2011 no montante aproximado de 202 mil euros;
- Na variação da produção em 62 mil euros.

Fazemos notar que para além desta exposição e para uma análise mais detalhada, remetemos para o anexo ao presente relatório.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação
Activo não corrente	35.335.598,12	31.974.018,56	10,50%
Activo corrente	6.934.548,87	14.672.399,20	-52,74%
Diferimentos activos	135.492,68	163.583,98	-17,17%
Caixa e depósitos bancários	787.932,81	701.943,83	12,25%
Total do activo	42.270.146,99	46.646.417,76	-9,38%
Capital realizado	16.500.000,00	16.500.000,00	0,00%
Capital próprio	8.963.623,33	11.720.815,83	-23,52%
Diferimentos passivos	459.663,49	492.300,46	-6,63%
Passivo	33.306.523,66	34.925.601,93	-4,64%
Vendas e prestações de serviços	14.231.686,80	13.575.084,59	4,84%
Resultados operacionais	-608.639,57	1.704.086,93	-135,72%
Resultados antes de impostos	-2.241.087,23	391.864,90	-671,90%
Imposto sobre o rendimento do exercício	104.202,46	1.113.134,96	-90,64%
Resultado líquido do exercício	-2.136.884,77	1.504.999,86	-241,99%

INVESTIMENTO

O montante total investido, pela HF, cingiu-se a 898 mil euros, deste valor, destacam-se:

- 385 mil euros de reparações em órgãos/componentes de substituição de viaturas (trabalhos para a própria empresa);
- 489 mil euros para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários, deste valor, há que referir que 401 mil euros são trabalhos para a própria empresa referentes a remunerações do pessoal afeto aos projetos.

FINANCIAMENTO

Não foi contraído nenhum financiamento bancário, neste exercício.

No que respeita aos financiamentos efetuados em exercícios anteriores é de referir o seguinte:

A HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respetivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez

com que a HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Prorrogou datas de vencimento e diferiu capital para períodos subsequentes;

Em resultado do acima exposto, fez com que os custos com financiamentos fossem agravados, tais como, juros de mora, comissões de renegociação, condições dos contratos em spreads e comissões de gestão.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Governo, através dos diversos diplomas publicados, determinou para as empresas públicas, medidas severas na contenção de custos e de endividamento. Destacam-se destas medidas a redução de custo em 15%, relativamente ao ano de 2009, o corte nos subsídios de Férias e de Natal aos trabalhadores, o aumento do tarifário, a redução dos subsídios à exploração, o não investimento em ativos, a não contração de novos empréstimos e a redução de dívidas comerciais de modo que a sua antiguidade seja inferior a 90 dias. Mais recentemente autoriza o pagamento de um dos subsídios de Férias ou de Natal.

A HF vai desenvolver a sua atividade focando a sua gestão no cumprimento das medidas acima mencionadas, reduzindo e ou contendo os custos em geral, principalmente nos operacionais, ajustando a oferta à procura.

Não serão efetuados investimentos em viaturas novas, com exceção das integradas nos projetos financiados por fundos comunitários. No entanto, continuará a apostar num serviço de qualidade e eficiência, de forma a atrair novos clientes e aumentar assim as receitas.

A HF procura novas fontes de receita e aproveitando todas as sinergias, está a estudar a rentabilização das suas oficinas, prestando para exterior o serviço de reparação de viaturas.

O tarifário foi aumentado numa média de 2,4%. A HF prevê que este aumento não produzirá ganhos proporcionais nas receitas, atendendo à diminuição da procura e do aumento do custo do gasóleo.

O não cumprimento dos prazos de pagamento por parte dos clientes, em geral, mas principalmente do sector público, bem como o não pagamento das dívidas em atraso, continuará a causar grande transtorno na nossa tesouraria.

Quanto às Indemnizações Compensatórias a receber do GRM), embora com uma redução significativa, prevê serem recebidas de acordo com um plano de pagamento apresentado.

A ser assim, renegociou-se os empréstimos da CGD, a contar com os valores das Indemnizações Compensatórias dos anos de 2010 e 2011, para amortização de capital, na mesma medida dos seus recebimentos.

Ultrapassar a já crónica situação de falta de liquidez de tesouraria tem por objetivo garantir que a empresa possua capacidade para obter meios monetários necessário para poder levar a cabo

as suas atividades, e cumprir com as suas obrigações de pagamento. Para cumprir com aquele objetivo, prevê-se a alienação da participação financeira na Teleféricos da Madeira.

Por outro lado, a não concretização do acima exposto implicará o não pagamento, por parte da HF, aos seus fornecedores com as seguintes consequências:

- Agravamento dos seus custos, principalmente juros de mora;
- Dificuldades de negociação de preços e de descontos, com implicações diretas nos custos de aquisição;
- Denegrir a sua imagem com processos em contencioso, tendo repercussões diretas na sua credibilidade perante fornecedores e instituições financeiras;
- Não fornecimento de bens e serviços ou exigência de fornecimentos a pronto pagamento.

A alienação, por parte do GRM, da participação financeira detida pela Região Autónoma da Madeira na HF, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, pelo que serão desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização, de acordo com a calendarização a definir, até o final de 2013.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

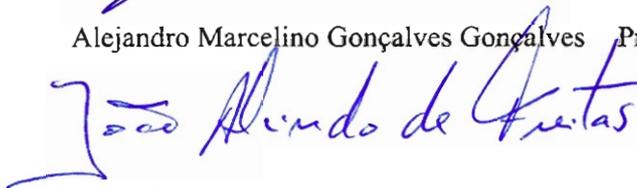
Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 2.136.884,77 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 20 de Março de 2013

O Conselho de Administração



Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente



João Alcindo de Freitas

Vogal



António José Jardim Faria

Vogal

Contas do Exercício

BALANÇO

Rubricas	Notas	2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	28.499.775,19	29.927.441,36
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	7	0,33	0,45
Participações financeiras _ Método de equivalência patrimonial	8	1.287.011,94	1.945.543,97
Participações financeiras - outros métodos	9	105.262,14	101.032,78
Outras contas a receber	15	5.443.548,52	
		35.335.598,12	31.974.018,56
Activo corrente			
Inventários	12	752.208,10	845.404,66
Clientes	13	787.548,20	647.938,72
Adiantamentos a fornecedores		1.064,90	81,59
Estado e outros entes públicos	14	418.011,36	307.666,84
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	15	4.048.425,02	12.002.491,62
Diferimentos	16	135.492,68	163.583,98
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	10	1.715,48	1.137,64
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	787.932,81	701.943,83
		6.934.548,87	14.672.399,20
Total do activo		42.270.146,99	46.646.417,76
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	17	16.500.000,00	16.500.000,00
Reservas legais	18	119.975,18	44.725,19
Outras reservas	19	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	20	-23.546.399,94	-25.056.267,56
Ajustamentos em activos financeiros	21	-151.452,12	-150.769,89
Excedentes de revalorização	22	16.578.233,17	16.872.259,38
Outras variações no capital próprio	11 e 23	1.460.487,94	1.866.204,98
Resultado líquido do período		-2.136.884,77	1.504.999,86
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		8.963.623,33	11.720.815,83
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	24	7.059.986,53	12.425.178,75
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	11 e 23	4.589.416,66	4.634.738,93
Outras contas a pagar			
		11.649.403,19	17.059.917,68
Passivo corrente			
Fornecedores	26	4.780.490,96	4.170.124,06
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	303.597,63	361.584,07
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	24	14.237.317,35	10.829.150,66
Outras contas a pagar	25	1.876.051,04	2.012.525,00
Diferimentos	16	459.663,49	492.300,46
		21.657.120,47	17.865.684,25
Total do passivo		33.306.523,66	34.925.601,93
Total do capital próprio e do passivo		42.270.146,99	46.646.417,76

O Técnico de Contas



A Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTA DOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	27	14.231.686,80	13.575.084,59
Subsídios à exploração	28	3.140.483,15	3.942.270,40
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	29	-357.849,80	27.825,37
Variação nos inventários da produção	30	45.363,49	-16.244,23
Trabalhos para a própria entidade	31	889.630,30	795.647,66
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	32	-7.736.551,14	-7.503.439,18
Fornecimentos e serviços externos	33	-1.782.115,37	-1.930.389,34
Gastos com pessoal	34	-9.258.534,09	-10.405.634,15
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	46.683,54	-159.358,07
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-964.052,57	-31.582,92
Provisões (aumentos/reduções)			
Imp. de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9	4.362,30	-6.860,51
Aumentos/Reduções de justo valor		-135,42	-3.362,22
Outros rendimentos e ganhos	35	4.355.134,82	5.988.768,61
Outros gastos e perdas	36	-840.051,44	-211.394,62
Resultado antes de dep., gastos de finan. e impostos		1.774.054,57	4.061.331,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	-2.382.694,14	-2.357.244,46
Imp. de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		-608.639,57	1.704.086,93
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	38	-1.632.447,66	-1.312.222,03
Resultado antes de impostos		-2.241.087,23	391.864,90
Imposto sobre rendimento do período	11	104.202,46	1.113.134,96
Resultado líquido do período		-2.136.884,77	1.504.999,86

O Técnico de Contas



A Administração



FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2012	2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15.479.431,35	14.772.011,66
Pagamento a fornecedores	-10.913.188,79	-9.034.620,83
Pagamentos ao pessoal	-5.585.649,55	-6.537.565,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.019.406,99	-800.174,23
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-29.169,54	-31.747,74
Outros recebimentos / pagamentos	4.477.629,90	4.702.532,65
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	3.429.053,37	3.870.610,68
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos fixos tangíveis	-1.247.034,28	-1.876.833,88
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos	-580,32	
Recebimentos de		
Activos fixos tangíveis		
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	364.663,10	2.907.571,60
Juros e rendimentos similares	3.067,17	36.290,94
Dividendos	300.000,00	300.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-579.884,33	1.367.028,66
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento obtidos	2.250.000,00	2.921.570,12
Realização de capital e o instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-3.433.916,77	-7.113.661,10
Juros e gastos similares	-1.579.263,29	-1.098.490,85
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-2.763.180,06	-5.290.581,83
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	85.988,98	-52.942,49
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	701.943,83	754.886,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	787.932,81	701.943,83

O Técnico de Contas



A Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2011										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Líq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-21.154.055,81	-150.087,66	18.455.837,29	443.720,51	-4.296.501,88	9.983.301,51
Alterações no período										0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	25				784.069,90		-784.069,90			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	26							1.932.101,60		1.932.101,60
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26				-389.779,77		-799.508,01	-509.617,13		-1.698.904,91
Variações de capital em participadas	24					-682,23				-682,23
Aplicação do resultado líquido do período	23				-4.296.501,88				4.296.501,88	0,00
					-3.902.211,75	-682,23	-1.583.577,91	1.422.484,47	4.296.501,88	232.514,46
Resultado líquido do período									1.504.999,86	1.504.999,86
Resultado extensivo									5.801.501,74	1.737.514,32
Posição no fim do período 2010		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-25.056.267,56	-150.769,89	16.872.259,38	1.866.204,98	1.504.999,86	11.720.815,83

O Técnico de Contas



A Administração



Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2012										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Líq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-25.056.267,56	-150.769,89	16.872.259,38	1.866.204,98	1.504.999,86	11.720.815,83
Alterações no período										0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	22				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23							-540.956,01		-540.956,01
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 22 e 23				-311.917,20		98.008,74	135.238,97		-78.669,49
Variações de capital em participadas	21					-682,23				-682,23
Aplicação do resultado líquido do período	20		75.249,99		1.429.749,87				-1.504.999,86	0,00
					1.509.867,62	-682,23	-294.026,21	-405.717,04	-1.504.999,86	-620.307,73
Resultado líquido do período									-2.136.884,77	-2.136.884,77
Resultado extensivo									-3.641.884,63	-3.641.884,63
Posição no fim do período		16.500.000,00	44.725,19	139.663,87	-23.546.399,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.963.623,33

O Técnico de Contas



A Administração



Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da Entidade

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 16.500.000,00 Euros.

1.2. Sede

A sede social da HF é na Fundoa de Baixo – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

1.3. Natureza da actividade

A actividade principal da Empresa é o Transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 20 de Março de 2013, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os

valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A revalorização dos terrenos e edifícios foram efectuadas com referência a 01.01.2010.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos - Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo

inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas eq cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

A Empresa classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do activo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 48 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao

momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um activo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período não sendo capitalizados mesmo que directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 20 de Março de 2013, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 41.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Empresa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos activos não correntes e Goodwill

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, a empresa à data de 31/12/2011, reavaliou os activos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de activos fixos tangíveis

Em 2010 a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

É de notar que a alienação, por parte do GRM, da participação financeira detida pela Região Autónoma da Madeira na HF, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, pelo que serão desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização, de acordo com a calendarização a definir, até o final de 2013.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Caixa		
Caixa Principal	20.040,00	20.040,00
Caixa Transf. Fundos	9.159,64	8.492,45
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	38,60	35.611,78
Montepio Geral	4.819,51	4.961,95
Banco Espirito Santo	172.896,50	248.612,90
Banif	1.116,38	3.929,62
Caixa Geral de Depósitos	121.828,80	291.273,78
Millennium BCP	15.812,17	89.021,35
Int. Gestão do Crédito Público	5,46	
Santander Totta	2.215,75	
Outros depósitos bancários	440.000,00	
	787.932,81	701.943,83

Nos outros depósitos bancários refere-se a um depósito a prazo na Caixa Geral de Depósitos com data de vencimento em 28/01/2013.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8.019.476,41	8.019.476,41
Edifícios e outras construções	17.896.997,65	17.896.997,65
Equipamento básico	31.187.369,41	31.914.110,77
Equipamento de transporte	426.747,43	426.747,43
Equipamento administrativo	1.887.926,54	1.872.198,08
Outros activos fixos tangíveis	2.341.990,23	2.335.618,86
Investimentos em curso	29.291,33	29.070,39
	61.789.799,00	62.494.219,59
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-723.245,58	-1.919.301,46
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-32.566.778,23	-30.647.476,77
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-33.290.023,81	-32.566.778,23
Valor líquido contabilístico	28.499.775,19	29.927.441,36

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2012, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidades	Abates alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto :						
Terrenos e recursos naturais	8.019.476,41					8.019.476,41
Edifícios e outras construções	17.896.997,65					17.896.997,65
Equipamento básico	31.914.110,77	475.632,59		(1.202.373,95)		31.187.369,41
Equipamento de transporte	426.747,43					426.747,43
Equipamento administrativo	1.872.198,08	10.607,08		(745,00)	5.866,38	1.887.926,54
Equipamentos biológicos						-
Outros activos fixos tangíveis	2.335.618,86	6.371,37				2.341.990,23
Investimentos em curso	29.070,39	6.087,32			(5.866,38)	29.291,33
	62.494.219,59	498.698,36		(1.203.118,95)	-	61.789.799,00
Depreciação ac. e imp.						
Terrenos e recursos naturais	(459.681,01)					(459.681,01)
Edifícios e outras construções	(1.369.827,10)	(514.200,92)				(1.884.028,02)
Equipamento básico	(26.278.451,72)	(1.287.973,65)		1.169.716,96		(26.396.708,41)
Equipamento de transporte	(406.761,54)	(19.985,89)				(426.747,43)
Equipamento administrativo	(1.787.149,42)	(36.587,23)		395,75		(1.823.340,90)
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis	(2.264.907,44)	(34.610,60)				(2.299.518,04)
	(32.566.778,23)	(1.893.358,29)		1.170.112,71		(33.290.023,81)
Total	29.927.441,36					28.499.775,19

Nas adições de equipamento básico integram os órgãos/componentes de substituição de viaturas reparados e substituídos nas nossas oficinas e baterias para colocação nas viaturas afectas ao serviço ECO. Em equipamento administrativo 10 mil euros referente a equipamentos informáticos;

Nos abates, releva-se o abate de duas viaturas afectas ao serviço urbano e de órgãos/componentes de substituição do mesmo tipo de viaturas.

À data de 31 de Dezembro de 2012, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e out. construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24	6.328.404,05	-2.561.622,23	3.766.781,82
	5.675.087,34	-3.246.560,10	2.428.527,24	6.328.404,05	-2.561.622,23	3.766.781,82

O total futuro dos pagamentos mínimos, apresenta-se como se segue:

	31-12-2012			31-12-2011		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	712.772,76	42.748,09	755.520,85	687.122,99	86.402,00	773.524,99
Entre um e cinco anos	2.293.114,85	78.208,05	2.371.322,90	2.722.849,18	414.903,00	3.137.752,18
Mais de cinco anos	30.274,62	40,09	30.314,71	322.040,97	8.822,00	330.862,97
	3.036.162,23	120.996,23	3.157.158,46	3.732.013,14	510.127,00	4.242.140,14

A 31 de Dezembro de 2012 existem as seguintes restrições de titularidade:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

A 31 de Dezembro de 2012 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496 Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	Financiamento bancário 1.250.000,00

A HF faz notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na

Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se a mesma não for liquidada na data de vencimento, 15/01/2013.

À presente data continua activa, atendendo que o referido empréstimo não foi liquidado na data prevista e se encontra em fase de reestruturação.

7. Activos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	437.943,33	437.943,06
	437.943,33	437.943,06
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-437.943,00	-437.942,61
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-437.943,00	-437.942,61
	0,33	0,45

Estes activos referem-se a projectos financiados por Fundos Comunitários.

Os movimentos na rubrica de activos fixos intangíveis durante o ano 2012, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Estudos e projectos	437.943,06	437.943,33			-437.943,06	437.943,33
	437.943,06	437.943,33	0,00	0,00	-437.943,06	437.943,33
Amortização ac. e imparidade						
Depreciação do período	-437.942,61	-437.943,00			437.942,61	-437.943,00
	-437.942,61	-437.943,00	0,00	0,00	437.942,61	-437.943,00
Total	0,45					0,33

8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31-12-2012			31-12-2011		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100% Capital			0,00			0,00
		5.000.000,00	-3.712.988,06	1.287.011,94	5.000.000,00	-3.054.456,03	1.945.543,97
				0,00			0,00
		5.000.000,00	-3.712.988,06	1.287.011,94	5.000.000,00	-3.054.456,03	1.945.543,97

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	5.000.000,00	0,00	0,00		0,00	5.000.000,00
	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
Imparidade						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-3.054.456,03	0,00	0,00	-657.849,80	-682,23	-3.712.988,06
	-3.054.456,03	0,00	0,00	-657.849,80	-682,23	-3.712.988,06
Total	1.945.543,97					1.287.011,94

O efeito do método de equivalência patrimonial de 2012, corresponde ao resultado líquido do exercício negativo de 2012 da SG, no valor de 658 mil euros e sem qualquer significado, nas outras alterações, os subsídios ao investimento e respectivos impostos diferidos classificados nos Capitais Próprios da SG.

9. Participações financeiras – outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2012			31-12-2011		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Teleféricos da Madeira, SA Comboios do Monte, SA OPT, SA				0,00			0,00
		79.894,45	0,00	79.894,45	79.894,45	0,00	79.894,45
		16.000,00	-2.417,57	13.582,43	16.000,00	-2.284,63	13.715,37
		15.000,00	-3.214,74	11.785,26	15.000,00	-7.577,04	7.422,96
		110.894,45	-5.632,31	105.262,14	110.894,45	-9.861,67	101.032,78

Destas participações é notar que a Teleféricos da Madeira distribuiu dividendos no montante de 300 mil euros.

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Teleféricos da Madeira, SA	79.894,45					79.894,45
Comboios do Monte, SA	16.000,00					16.000,00
OPT, SA	15.000,00					15.000,00
	110.894,45					110.894,45
Imparidade						
Comboios do Monte, SA	-2.284,63			-132,94		-2.417,57
OPT, SA	-7.577,04			4.362,30		-3.214,74
	-9.861,67	0,00	0,00	4.229,36	0,00	-5.632,31
Total	10 10 32,78					10 5 262,14

10. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
BCP	10.532,23					10.532,23
	10.532,23	0,00	0,00	0,00	0,00	10.532,23
Imparidade						
BCP	-9.394,59			577,84		-8.816,75
	-9.394,59	0,00	0,00	577,84	0,00	-8.816,75
Total	1.137,64					1.715,48

Refere-se a 22.873 acções do BCP.

11. Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			4.738.723,38	4.836.732,12
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos			-630.051,81	-817.977,25
Subsídios não reembolsáveis			480.745,09	615.984,06
			4.589.416,66	4.634.738,93

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2 0 1 2	2 0 1 1
Impostos correntes	19.789,30	10.684,55
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	-123.991,76	-1.123.819,51
Alterações na taxa de tributação		
Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos correntes		
Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Redução ou reversão de uma diminuição anterior		
Alterações nas políticas contabilísticas e erros		
	-104.202,46	-1.113.134,96

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

No exercício de 2011 a HF decidiu registar, sobre aos prejuízos fiscais acumulados, impostos diferidos activos, no montante de 818 mil euros, montante este que se estima reverter pelo mesmo período de reversão dos impostos diferidos passivos. Neste exercício foram revertidos 188 mil euros dos referidos impostos diferidos.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável, atendendo que o seu resultado fiscal é negativo, o imposto corrente registado corresponde às tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2012	31-12-2011
2011		1.958.229,18
2012	1.392.902,94	1.392.902,94
2013	3.283.145,13	3.283.145,13
2014	7.296.417,10	7.296.417,10
2015	1.901.171,50	1.901.171,50
2016	1.326.232,17	
	15.199.868,84	15.831.865,85

12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Mercadorias	159.533,59	308.321,48
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	732.774,26	776.191,23
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	122.647,41	70.322,65
Reclassificação e regularização de inventários		
Adiantamentos por conta de compras		
	1.014.955,26	1.154.835,36
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	46.683,54	-159.358,07
Imparidades de períodos anteriores	-309.430,70	-150.072,63
	-262.747,16	-309.430,70
Valor líquido contabilístico	752.208,10	845.404,66

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	309.430,70		-46.683,54	262.747,16
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	309.430,70		-46.683,54	262.747,16

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” - é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimentos de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, teve a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

Assim, no Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nas mercadorias justifica-se pelo facto de terem sido adquiridos bilhetes no final do ano anterior;
- Nas matérias-primas subsidiárias e de consumo a variação é negativa em 43 mil euros, sendo uma redução no stock do gasóleo em 80 mil euros e um aumento de 123 mil euros nos restantes bens;

- Nos produtos e trabalhos em curso são diversas obras, referentes a recuperação de peças e reparação de viaturas, iniciadas e não concluídas neste exercício.

Da análise efectuada aos inventários durante o exercício findo, foram abatidos bens no montante de 22 mil euros, porque deixaram de ter uso nas nossas viaturas e reduzida a imparidade em 47 mil euros, pelo facto atrás referido e por consumos.

Das existências em armazém o montante de 18 mil euros encontrava-se em poder de terceiros e referente a suporte de bilhetes electrónicos;

13. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	792.230,39	652.548,73
Empresa-mãe		
	792.230,39	652.548,73
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-72,18	391,75
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-4.610,01	-5.001,76
	-4.682,19	-4.610,01
Valor líquido contabilístico	787.548,20	647.938,72

Fazemos notar que os valores mais significativos em dívida, referem-se a atrasos de pagamento, essencialmente de Escolas públicas e privadas. Quanto às primeiras não se preveem data para a sua regularização e quanto às privadas já elaboraram planos de pagamento de curto prazo e têm cumprido na íntegra.

De salientar que 254 mil euros que é respeitante às vendas do nosso agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço no espaço de 5 dias úteis.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	-4.610,01	-72,18		-4.682,19
	-4.610,01			-4.682,19

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Cientes gerais	443.196,54	24.110,40	91.476,88	233.446,57
	443.196,54	24.110,40	91.476,88	233.446,57

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	97.402,59	91.510,02
IVA a recuperar	117.064,00	26.810,96
IVA reembolsos pedidos	300.000,00	280.000,00
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período	-5.801,09	-22.545,08
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-90.654,14	-68.109,06
	418.011,36	307.666,84
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	19.789,30	
Retenções de imposto sobre o rendimento	51.761,07	52.625,31
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	15.137,57	14.524,08
Contribuições para a Segurança Social	216.909,69	294.434,68
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	303.597,63	361.584,07

Não existe variações significativas a registar;

No Iva reembolsos pedidos, é de um pedido solicitado à Administração Fiscal e já recebido à data deste anexo.

A HF realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem em 31 de Dezembro de 2012 a 96 mil euros. Em face da reduzida expectativa de recuperabilidade dos mesmos, a Empresa registou uma perda por imparidade no mesmo montante.

Neste período a HF registou perdas por imparidade relativas a pagamentos especiais por conta de 28 mil euros e revertido o montante de 22 mil euros.

15. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	5.397,00	0,00
Out. operações pessoal	92.871,67	96.677,42
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)	7.186.973,10	7.779.088,94
Empresas grupo	1.780.241,07	759.144,40
Estado e out. entes públicos	721.143,82	2.688.835,59
Outros devedores	732.144,36	747.363,45
	10.518.771,02	12.071.109,80
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-958.179,30	-9.037,84
Imparidade de períodos anteriores	-68.618,18	-59.580,34
	-1.026.797,48	-68.618,18
Valor líquido contabilístico	9.491.973,54	12.002.491,62

Na Secretaria Regional do Turismo e Transportes são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011 no montante de 7.187 mil euros. Estes valores vão ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016, por este facto foi efectuado ajustamentos no montante de 854 mil euros relativo ao desconto desta dívida.

No Estado e outros entes públicos, refere-se essencialmente à mesma Secretaria mas referente à dívida de 125 mil euros, parte do subsídio ao investimento atribuído no ano de 2011 e de 548 mil euros respeitante à Indemnização Compensatória do ano de 2012 referente ao mês de Novembro e Dezembro.

Em empresas do grupo, referem-se aos fornecimentos efectuados à SG, essencialmente, de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas.

16. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	96.270,91	26.908,06
Despesas bancárias	14.565,67	41.461,00
Diversos	24.656,10	95.214,92
	135.492,68	163.583,98
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de transporte	418.999,49	438.630,06
Outros	40.664,00	53.670,40
	459.663,49	492.300,46

No que concerne a gastos a reconhecer o aumento corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, vencido e registado em Dezembro de 2012 respeitante a 2013, não foi feito o seu pagamento por falta de disponibilidades financeiras, na presente data já foi efectuado o seu pagamento.

A conta de rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2013, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 a 31 de Dezembro de 2012.

17. Capital realizado

O capital social de 16.500.000,00 euros, representado por 3.300.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2012.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	31/12/2012	31/12/2011
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

18. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital

social. No presente exercício esta reserva foi reforçada em 75 mil euros, atendendo ao resultado positivo de 2011. O valor actual destas reservas é de 120 mil euros.

19. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Reservas livres	139.663,87	139.663,87
	139.663,87	139.663,87

Correspondem, ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Lda, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

20. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido positivo, do exercício anterior, no montante de 1.430 mil euros, bem como, no cumprimento da determinação da Comissão de Normalização Contabilística, o valor de 392 mil euros, referente às reversões de excedentes de revalorização dos terrenos e edifícios e respectivos impostos diferidos, bem como, dos impostos diferidos, referentes ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no montante global de 312 mil euros.

21. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-152.134,35	-151.452,12
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	682,23	682,23
	-151.452,12	-150.769,89

A variação refere-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento registado pela nossa subsidiária, SG, nos seus capitais próprios.

22. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	19.670.685,88	20.062.720,83
Impostos diferidos	-4.684.957,52	-4.782.966,26
	16.578.233,17	16.872.259,38

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, neste período, e reconhecimento dos respectivos impostos diferidos.

23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	1.442.235,10	1.847.952,14
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
Outras		
	1.460.487,94	1.866.204,98

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de 541 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 135 mil euros.

24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	4.700.000,00	9.263.185,30
Locações financeiras	2.324.588,80	3.044.890,15
Outros financiadores	35.397,73	117.103,30
	7.059.986,53	12.425.178,75
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	12.344.059,20	8.978.166,70
Descobertos bancários	1.100.000,00	1.086.623,97
Locações financeiras	711.573,43	687.122,99
Outros financiadores	81.684,72	77.237,00
	14.237.317,35	10.829.150,66

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	13.444.059,20	10.064.790,67
De 1 a 5 anos	4.700.000,00	9.263.185,30
A mais de 5 anos		0,00
Locações financeiras		
Até 1 ano	712.772,76	687.122,99
De 1 a 5 anos	2.293.114,85	2.722.849,18
A mais de 5 anos	30.274,62	322.040,97
Outros financiadores		
Até 1 ano	81.684,72	77.237,00
De 1 a 5 anos	35.397,73	117.103,30
A mais de 5 anos		
	21.297.303,88	23.254.329,41

À data de 31 de Dezembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Instituições créd. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	4.700.000,00					4.700.000,00
Locações financeiras	72.1928,21	73.1365,52	555.758,26	285.262,19	30.274,62	2.324.588,80
Outros financiadores	35.397,73					35.397,73
	5.457.325,94	73.1365,52	555.758,26	285.262,19	30.274,62	7.059.986,53

Dos quadros acima apresentados é de salientar o seguinte:

A HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu com todos os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

Prorrogou datas de vencimento e diferiu capital para períodos subsequentes;

Todos os empréstimos contraídos na Caixa Geral de Depósitos consoante se foram vencendo foram prorrogados para o mês de Janeiro de 2013, à presente data ainda encontram-se em fase de reestruturação;

Em relação ao empréstimo existente no Banco Espírito Santo, também por incumprimento permanente principalmente das amortizações de capital, foi adiando sempre para o fim do contrato. De acordo entre as partes, praticamente exigido pelo Banco, foi decidido efectuar prestações mensais de capital e juros até o final de 2013, ficando assim a sua reestruturação adiada por um ano.

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos.

Em resultado do acima exposto, fez com que os custos com financiamentos fossem agravados, tais como, juros de mora, comissões de renegociação, condições dos contratos em spreads e comissões de gestão.

Não foi contraído nenhum financiamento bancário, neste exercício.

25. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Corrente		
Fornecedores de investimentos	130.418,30	148.142,62
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	781.921,52	866.998,15
Outros credores por acréscimos de gastos	474.378,42	526.728,27
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Outros credores	471.231,91	455.309,36
Pessoal	18.100,89	15.346,60
	1.876.051,04	2.012.525,00

Embora não exista variações de relevo, abaixo descrevemos alguns valores que compõem esta rubrica:

Nos outros credores por acréscimos de gastos, os abonos diversos a pagar ao pessoal em 2012, tais como horas extras, subsídio agente único, entre outros no montante de 121 mil euros os juros de financiamentos no montante de 152 mil euros e 175 mil euros da nossa parceira Carristur;

Nos outros credores, o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante de 399 mil euros e refere-se à venda de títulos de transporte por parte da HF.

26. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/corrente		
Gerais	4.780.704,17	4.168.431,14
Facturas em recepção e conferência	-213,21	1.692,92
	4.780.490,96	4.170.124,06

A diferença existente refere-se ao facto da HF não estar a efectuar pagamentos, por falta de disponibilidades financeiras, registando-se atrasos de pagamento, em alguns fornecedores, superiores a dois anos.

27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	2012	2011
Vendas		
Suportes de títulos	374.315,08	414.411,51
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.857.371,72	13.160.673,08
	14.231.686,80	13.575.084,59

As vendas e prestações de serviços apresentam um aumento de 657 mil euros, mais 4,8% que no ano anterior.

Abaixo descrevemos uma breve análise a esta rubrica:

Os bilhetes na sua generalidade, contrariando a descida nas quantidades vendidas em 20 mil títulos, sobem em cerca de 562 mil euros, mais 11% que no ano anterior. O bilhete pré-

comprado adulto, com desconto, é o que regista maior subida, o que significa um maior planeamento por parte dos clientes, optando assim por este tipo de título em detrimento dos títulos passe;

Nos passes, que também continuam a descer significativamente de ano para ano e em praticamente todos os tipo de títulos, foram vendidos menos 39 mil títulos em quantidades e um aumento no valor em 145 mil euros, mais 1,8% em relação a 2011;

As variações acima descritas, embora pareçam significativas, não representam o aumento do tarifário que foi em média 15%;

Os suportes de bilhetes sofrem uma descida de valor aproximado a 40 mil euros e justificada praticamente pela redução de títulos vendidos.

28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2012	2011
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória	3.132.783,15	3.899.480,40
Subsídio à exploração-outros	7.700,00	42.790,00
	3.140.483,15	3.942.270,40

Nos subsídios à exploração em 802 mil euros, sendo praticamente a redução resultante da aplicação do novo protocolo assinado em Novembro último com o GRM. O valor calculado utilizando o disposto no anterior protocolo a HF devia receber o montante de 3.949 mil euros e com o actual só recebe 3.133 mil euros.

Os outros referem-se essencialmente ao subsídio atribuído pela empresa Repsol, SA no âmbito do contrato assinado para o fornecimento de combustíveis.

29. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme segue:

Descrição	2012	2011
Perdas		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-657.849,80	-272.174,63
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Alienações		
Dividendos	300.000,00	300.000,00
	-357.849,80	27.825,37

A variação deve-se aos resultados líquidos apresentados pela SG, sendo que no ano anterior foi negativo de 272 mil euros e neste de 658 mil euros. Em dividendos obtidos não sofrem qualquer alteração e são atribuídos pela empresa Teleféricos da Madeira.

30. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-70.322,65	-95.666,01
Activos biológicos		
Regularizações		
Inventários	-6.961,27	9.099,13
Activos biológicos		
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	122.647,41	70.322,65
Activos biológicos		
	45.363,49	-16.244,23

Esta rubrica regista o fabrico e recuperação de peças efectuados na oficina para o armazém.

31. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Activos fixos tangíveis	391.498,90	388.458,26
Activos intangíveis	405.143,21	250.952,47
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	92.988,19	156.236,93
	889.630,30	795.647,66

Nos activos fixos tangíveis são resultantes das reparações em viaturas, cingindo-se a alguns órgãos de substituição, principalmente motores, caixas de velocidades e carroçarias;

Nos activos intangíveis são as remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários que contribuíram para esta rubrica.

32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2012	2011
Mercadorias	244.896,61	264.517,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.491.654,53	7.238.921,58
	7.736.551,14	7.503.439,18

A variação apresentada nesta rubrica é de 233 mil euros;

Nas mercadorias a redução verificada tem origem na diminuição do número de suportes de títulos vendidos;

O custo do gasóleo subiu em 159 mil euros e os restantes custos desta rubrica em 74 mil euros;

A HF consumiu 4.165 mil litros de gasóleo, menos 88 mil litros que no ano anterior, custando 4.521 mil euros, mais 174 mil euros. Este aumento de valor é motivado essencialmente pela subida do custo dos combustíveis, atendendo que o número de quilómetros percorridos desceu em cerca de 79 mil;

Se não houvesse alteração no custo unitário do gasóleo a HF reduzia os seus custos em 267 mil euros em vez dos 174 mil euros acima referidos;

Os consumos de gasóleo cedidos a terceiros, SG e Carristur, foram de 1.268 mil euros, menos 16 mil euros e 1.167 litros menos 89 mil litros que o ano anterior.

33. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Subcontratos	13.274,46	29.942,10
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	228.520,98	164.011,41
Publicidade e propaganda	30.597,47	20.887,16
Vigilância e segurança	119.331,24	123.136,92
Honorários	28.187,00	28.926,50
Comissões	161.272,26	178.937,16
Conservação e reparação	317.269,41	444.495,31
Outros	0,00	0,00
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.261,37	5.166,51
Livros e documentação técnica	783,88	4.006,14
Material de escritório	3.117,26	2.855,47
Artigos para oferta	0,00	1.605,05
Outros	33.851,11	22.511,68
Energia e fluidos:		
Electricidade	99.331,64	96.608,68
Combustíveis	1.808,11	2.410,42
Água	34.743,20	32.641,06
Outros fluidos	9.282,99	8.681,34
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	0,00	0,00
Deslocações e estadas	514,38	1.668,04
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Transportes de mercadorias	6.037,40	7.765,19
Outros serviços diversos		
Rendas e alugueres	5.731,51	5.874,61
Comunicação	81.531,15	84.244,51
Seguros	327.581,47	364.106,57
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	704,00	2.615,26
Despesas de representação	864,83	1.512,97
Limpeza, higiene e conforto	176.079,52	162.576,80
Outros serviços	97.438,73	133.202,48
	1.782.115,37	1.930.389,34

No total desta rubrica foi uma redução de 148 mil euros.

Em relação às variações, abaixo, descrevemos as diferenças mais significativas:

Aumentos

Nos trabalhos especializados em 65 mil euros, sendo de realçar o aumento dos serviços com informática em 81 mil e de estudos em 5 mil euros, sendo uma redução de 21 mil euros nas restantes subrubricas;

Na publicidade e propaganda em 10 mil euros, atendendo que houve mais informação ao público, de factos relacionados com a exploração, mais precisamente alteração do tipo de títulos e aumento de tarifário;

Na limpeza, higiene e conforto em 14 mil euros;

As restantes rubricas que originaram aumentos não tem nada de relevo.

Reduções

Nos subcontratos, 17 mil euros;

Nas comissões em 18 mil euros e refere-se à redução da venda de títulos de transporte por parte dos nossos agentes externos;

Na conservação e reparação no montante de 127 mil euros e refere-se essencialmente na subrubrica de lavagens de viaturas;

Nos seguros 37 mil sendo o seguro de viaturas o responsável por esta diminuição;

Nos outros serviços, 36 mil euros;

As restantes rubricas que originaram reduções são irrelevantes.

34. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	168.875,75	183.657,40
Remunerações do pessoal	7.332.894,01	8.221.485,53
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	1.626.185,06	1.822.189,76
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	108.894,36	140.856,79
Gastos de acção social	777,31	23.353,60
Outros gastos com o pessoal	20.907,60	14.091,07
	9.258.534,09	10.405.634,15

Os custos com o pessoal baixam em 1.147 mil euros menos 11,02% e praticamente em todas as rubricas.

Fazemos notar que de acordo com o Decreto Legislativo Regional 2/2011/M, que aplica a medida de redução remuneratória, contemplada na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2011, foi aplicado também neste exercício.

Abaixo apresentamos as rubricas mais relevantes:

- Nas remunerações dos órgãos sociais em 15 mil euros;
- Nas remunerações do pessoal em 888 mil euros, destas, destacam-se 170 mil euros em ordenado base, o subsídio de Natal em 463 mil euros e as férias e subsídios de férias em 61 mil euros;
- Em horas extras em 174 mil euros;
- Nos encargos sobre remunerações, taxa social única em 196 mil euros, resultado das reduções acima mencionadas;
- Nos outros gastos com o pessoal, a redução, refere-se a cortes de custos de ordem social.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2012	2011
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	13	13
Quadros superiores		
Quadros médios	11	11
Chefias intermédias		
Profissionais altamente qualificados	25	25
Profissionais semi-qualificados	430	446
Contratados a prazo	18	18
	500	516

Registou-se 17 saídas e uma admissão, sendo esta a do Presidente do Concelho de Administração que substituiu o anterior presidente.

35. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	57.483,12	57.483,12
Obras para terceiros	1.489.099,83	1.488.392,82
Sucatas / desperdícios	4.960,57	4.070,09
Cedências para terceiros existências	1.296.698,82	1.307.819,81
Despesas debitadas a terceiros	248.853,46	503.484,32
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	249.630,99	360.442,00
Disp. embates e imob. de viaturas	24.711,16	31.255,57
Outros rendimentos suplementares	18,66	965,65
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.605,96	2.136,32
Ganhos em inventários	38.706,39	25.349,17
Investimentos rest. activos financeiros	120,05	1270,55
Investimentos não financeiros	0,00	442.259,79
Subsídios ao investimento	904.408,32	1.150.187,16
Juros obtidos	794,34	1.353,47
Outros	38.043,15	612.298,77
	4.355.134,82	5.988.768,61

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi no montante de menos 1.634 mil euros e reflectida em praticamente todas as rubricas. Abaixo descrevemos as reduções mais significativas:

- Nas cedências para terceiro de existências em 11 mil euros e referente ao gasóleo debitado à SG e à nossa parceira Carristur;
- Nas despesas debitadas a terceiros em 254 mil euros, principalmente a Carristur, sendo referente a pessoal 183 mil euros e nas restantes despesas em 72 mil euros;
- 111 mil euros em cedências de espaço, nomeadamente publicidade, parque estacionamento e imóveis;
- Nos investimentos não financeiros refere-se aos ganhos na alienação de edifícios em 2011;
- Nos subsídios ao investimento em 246 mil euros;
- Nos outros em 574 mil euros.

36. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Impostos	19.193,99	17.761,68
Perdas em inventários	43.391,71	24.904,19
Investimentos não financeiros	33.006,24	88.341,59
Donativos	363,92	33,00
Quotizações	3.891,28	10.963,08
Ofertas e amostras de inventários	1.763,34	2.118,79
Juros de desconto de títulos	0,00	0,00
Juros de mora e compensatórios	115.966,49	61.310,53
Outros juros	0,00	1.070,59
Outros não especificados	622.474,47	4.891,17
Desc. p. pag. concedidos		
	840.051,44	211.394,62

Nos outros gastos e perdas em 629 mil euros, é praticamente o corte nas indemnizações compensatórias, dos anos de 2010 e 2011, em 592 mil euros que contribuíram para este aumento, no entanto podemos realçar o aumento dos juros de mora calculados sobre as dívidas a fornecedores por atrasos nos pagamentos.

37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2012	2011
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	1.893.358,29	1.919.301,46
Activos intangíveis	489.335,85	437.943,00
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	2.382.694,14	2.357.244,46

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis, em 25 mil euros e é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil, principalmente componentes de viaturas;

Os activos intangíveis refere-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

38. Juros e gastos similares suportados

Descrição	2012	2011
Juros suportados	1.557.117,39	1.271.248,28
Outros gastos e perdas	75.330,27	40.973,75
	1.632.447,66	1.312.222,03

As variações acima apresentadas, justificam-se da seguinte forma:

A HF neste exercício, por dificuldades financeiras, não cumpriu na íntegra os compromissos assumidos quanto ao pagamento das amortizações de capital e respectivos juros dos financiamentos que se venceram ao longo do ano;

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como prorrogar as datas de pagamentos de capital, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento e só posteriormente conseguisse renegociar os contratos;

Prorrogou datas de vencimento e diferiu capital para períodos subsequentes;

Em resultado do acima exposto, fez com que pagássemos juros de mora, comissões de renegociação e agravasse as condições dos contratos, tais como comissões de gestão e taxas de juro.

39. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

	31-12-2012	31-12-2011
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	165.000	165.000
	3.300.000	3.300.000

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2012	2011
Vendas e prestações de serviços		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	2.907.973,98	2.953.068,46
Gastos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-459,90	-2.664,00
	2.907.514,08	2.950.404,46

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2012	2011
Activos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	1.794.039,31	759.144,40
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Passivos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-400.395,90	-407.456,51
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	1.393.643,41	351.687,89

40. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa, com a excepção da atribuição do subsídio de férias ao pessoal da empresa, referente ao ano de 2012, a pagar em 2013. Este subsídio foi cortado por aplicação da Lei do Orçamento da República para 2013 e novamente atribuído por ter sido considerado inconstitucional. A estimativa do subsídio é no montante de 587 mil euros.

A decisão de atribuição do Subsídio férias por parte do Governo da República foi tomada após o encerramento das contas da HF e por este facto está a ser aqui divulgada.

Anexo ao relatório do conselho de administração

(a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2011	EM 31/12/2012
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2011	EM 31/12/2012
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	165.000

Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2012
a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º ACÇÕES	%
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	95,00%
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	5,00%

O Técnico de Contas



A Administração





**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 42.270.147 euros e um total de capital próprio de 8.963.623 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.136.885 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

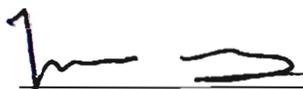
Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, à semelhança do verificado em exercícios anteriores, o capital próprio da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresenta-se positivo em virtude das reavaliações efectuados aos imóveis sua propriedade no período de 2010, conforme divulgado na nota 3.3 do Anexo, sendo que no tocante aos resultados, à excepção do período de 2011, os quais continham transacções de carácter extraordinário, os mesmos têm vindo a apresentar-se sucessivamente negativos. Assim, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que não ocorreu em 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

19 de Abril de 2013



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

19 de Abril de 2013

O FISCAL ÚNICO

RPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)

